



**Renata Sieiro Fernandes** // “É uma colagem analógica que homenageia o movimento negro Quilombo do Malunguinho, em Pernambuco, centro de resistência, do qual faziam parte homens e mulheres que lutavam para manter a vida, a existência, a cultura da população negra contra as ações violentas, bélicas e de morte dos que detinham o poder. Malunguinho também é o título dado aos líderes quilombolas pernambucanos do século XIX.”

**12** Artigo

# A “quilombagem” de Clóvis Moura e a luta contra o racismo estrutural no Brasil

**Rodrigo de Araujo Merida Sanches<sup>1</sup>**

**Resumo** // O artigo definiu por objetivo analisar como as organizações negras usam de táticas de “quilombagem” – conceito desenvolvido por Clóvis Moura (2001b) – para se proteger do aparato de violência criado pelo colonialismo e o instituto da escravidão brasileira, o que costumamos chamar hoje de racismo estrutural, e verificar a possibilidade de avaliá-las como táticas de defesa contra a opressão praticada pelo aparelho ideológico escravista brasileiro. O artigo foi estruturado por uma revisão teórica e bibliográfica mais aprofundada sobre os principais conceitos que irão permear nossos estudos, desenvolveu-se uma análise sobre o que são os Aparelhos Ideológicos de Estado e como eles foram formados historicamente no Brasil, em seguida nos aprofundamos no conceito de quilombagem. Concluímos que essa estrutura ideológica escravista formou as bases do capitalismo dependente brasileiro, atuando até os dias de hoje, sendo a quilombagem uma tática ainda necessária para os movimentos negros e periféricos.

**Palavras-chave** // Quilombagem, Aparelhos Ideológicos, Racismo Estrutural.

---

1 Pesquisador das contradições de raça e classe no Brasil e Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Dennis de Oliveira. Integra o Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação da USP (CELACC/USP), no grupo de estudos sobre «Opressões, Existências e Resistências», e faz parte do Grupo de Pesquisa “Crítica do Direito e Subjetividade Jurídica”, da Faculdade de Direito da USP, coordenado pelo Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Alysson Mascaro.

## 1. Introdução

Recentemente no Brasil, convencionou-se usar o termo racismo estrutural com mais frequência, tanto na mídia hegemônica, quanto na academia e nos movimentos sociais, mas, muitas vezes, o uso desse termo não expressa o significado exato que ele deve carregar, muito menos representa a realidade concreta da sociedade brasileira, nem o cotidiano que o povo negro enfrenta diariamente.

Realizando uma breve observação das manchetes dos principais veículos de mídia de massa nacionais, percebemos alguns equívocos na interpretação da questão racial brasileira, desse modo, deve ser analisado se esse mal entendido é proposital ou não, ou seja, a burguesia e seus veículos de comunicação tem realmente interesse em enfrentar o racismo estrutural e as instituições responsáveis por ele? Para responder essa questão devemos ter noção objetiva do que é o racismo estrutural e qual sua função na sociedade brasileira, fundamentada no colonialismo, na escravidão e na contradição de raça e classe (MOURA, 2019).

No curso da formação sociopolítica de qualquer país com passado de colonização presencia-se o mesmo padrão de dominação: violência contra os povos minoritários e no Brasil não foi diferente. O projeto de construção dos Estados nacionais nessas regiões teve por objetivo a manutenção da ordem colonial/capitalista imposta pelos países do eixo atlântico norte por meio da violência e da implantação de sistemas de opressão contra os povos originários e os que foram vítimas da diáspora africana (FANON, 1968. ALMEIDA 2019).

Por ser um país de maioria negra e uma das maiores economias do mundo, o racismo estrutural – e a ideologia de dominação racial e classista que está encucada nele – serviu bem para a burguesia brasileira controlar as minorias e manter a sua hegemonia de classe, defendendo assim o modo de produção capitalista e a sua contradição racial e de classes. Isso se mostra tão evidente que, mesmo passados 133 anos da abolição, ainda temos pouquíssimos negros e negras tomando as decisões políticas e econômicas, em contrapartida, são a grande maioria da população nas regiões mais vulneráveis socialmente e os que mais morrem assassinados pelas forças do Estado (OLIVEIRA, 2018. ALMEIDA 2019).

Dito isso, apresentamos agora a estrutura do artigo: na primeira seção foi realizada uma revisão teórica e bibliográfica mais aprofundada sobre o que são os Aparelhos Ideológicos de Estado e como eles foram formados historicamente no Brasil. Em seguida nos aprofundamos no conceito moureano de quilombagem (2001b), verificou-se como se dá a relação do povo negro brasileiro com o

projeto de dominação ideológico implementado pela elite e pelo Estado branco (BERSANI, 2017, p. 100) e como podemos identificar as táticas de quilombagem como resistência e negação desse processo. Em seguida serão expostos os resultados da pesquisa e as considerações finais.

## 2. Branqueamento e aparelho ideológico escravista no Brasil

Inicialmente vamos identificar como atuava e quais eram as instituições que compunham o aparelho ideológico escravista brasileiro, além de averiguar junto a bibliografia a sua funcionalidade social no momento escravista, tanto pleno quanto tardio, e posteriormente após a introdução do capitalismo dependente e o modo de produção industrial (MOURA, 2019, OLIVEIRA, 2021). Mas antes disso cabe fazer uma breve reflexão sobre o conceito de aparelhos ideológicos.

O que estamos definindo como estrutura, nesse artigo, Gramsci chama em sua obra de superestrutura, que seria o resultado da soma entre o sistema econômico – estrutura – e o estado ampliado, ou seja, sociedade civil e sociedade política (VASCONCELOS; SILVA; SCHMALLER; 2013). Para o autor a manutenção da ordem social, das classes dominantes e da hegemonia se dá no âmbito da superestrutura, que envolve tanto a estrutura econômica como o Estado ampliado (COUTINHO, 2011).

É na ideia de hegemonia que está a chave para entender o sentido de estrutura e superestrutura na teoria gramsciana. Hegemonia para Gramsci é basicamente consenso, ou mais especificamente, o domínio ideológico de uma classe social sobre o resto da sociedade (COUTINHO, 2011. VASCONCELOS; SILVA; SCHMALLER; 2013).

Esse domínio é exercido de três formas dentro da superestrutura: pelo controle econômico na estrutura; através das instituições da sociedade civil responsáveis pelo controle da ideologia dominante (religiões, sistema educacional e imprensa), ou o que Althusser (1992) chama de aparelhos ideológicos do Estado (VAISMAN, 2006), é nesse âmbito que o acordo entre as classes é buscado; e através da força e da ditadura na esfera da sociedade política, ou o que Gramsci chama de Estado coerção (VASCONCELOS; SILVA; SCHMALLER; 2013).

O aparelho ideológico de dominação construído no Brasil pela elite colonial foi essencial para a longa duração da escravização e foi decisivo para a manutenção

do estado de coisas na sociedade atual. Ele atendeu perfeitamente ao domínio ideológico da classe burguesa – de pele branca – sobre a classe trabalhadora – de pele preta –, além da reprodução do modo de produção capitalista nacional – MPC. Almeida (2017, p. 191) descreve bem qual a finalidade do aparelho ideológico em uma sociedade colonial, sendo crucial para a consolidação das estruturas político-social e psíquicas da nação:

[...] a ideologia – e quando esta não for suficiente, a violência física – fornece o remendo para uma sociedade estruturalmente marcada por contradições, conflitos e antagonismos insuperáveis. Esses fatores explicam a importância da construção de um discurso ideológico calcado na meritocracia, no sucesso individual e no racismo a fim de “naturalizar” a desigualdade.

O projeto ideológico de nação pensado para o Brasil foi muito bem elaborado para que o pensamento colonial e a exploração racial durassem o máximo de tempo possível, adentrando até mesmo nas estruturas do capitalismo dependente brasileiro (MOURA, 2019. OLIVEIRA, 2021), e teve como participantes na sua formulação agentes de alto calibre como a igreja católica, a produção científica – por meio do eurocentrismo e do eugenismo que prevalecia nas universidades do começo do século XX<sup>2</sup> – e também a indústria cultural da época, que correspondia à produção romântica e literária.

Essas três instituições sociais são fundamentais para qualquer projeto ideológico burguês, pois como afirma Amílcar Cabral (1978, p. 223, apud MOURA, 2019, p. 69, grifos nossos)<sup>3</sup> “a cultura determina simultaneamente a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes”.

É relevante para nossos fins ressaltar aqui a importância da cultura no processo colonial de dominação dos povos. O colonizador, ao chegar no território

2 Refere-se à uma prática comum na virada do século XIX para o século XX de produção de um discurso pseudocientífico que estabelecia a supremacia racial, como o darwinismo social e o eugenismo, além de teorias fundadoras da ideologia liberal. Ver Almeida (2017, p. 194), Oliveira (2021, p. 131), Losurdo (2020) e Dardot e Laval (2016, p. 35 a 157).

3 CABRAL, A. A arma da teoria, obras escolhidas. In: MOURA, C. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 69.

violentado, ataca e destrói imediatamente a cultura e os hábitos – políticos, sociais, religiosos etc. – de seu povo, ou seja, todos os padrões de sociabilidade pregressa, anteriores ao capitalismo. Assim ele subjuga a sua cultura como superior e a cultura colonizada como inferior (FANON, 1968). No Brasil não foi diferente e esse papel foi evidente na imposição da religião católica como predominante e na inferiorização da cultura e religião dos povos originários do território brasileiro e dos povos vítimas da diáspora africana.

A articulação dessas instituições que compunham o aparelho ideológico da época, através das suas produções artísticas e acadêmicas, criou um imaginário popular que subjugava o negro e sua cultura como inferiores, fornecendo assim, as bases para a política do branqueamento e o mito da democracia racial, presentes até hoje no pensamento brasileiro e ressuscitado por agentes da extrema direita nacional. Segundo Moura (2019, p. 70) essa: “assimilação assim concebida tem uma essência escamoteadora da realidade via valores neocolonialistas, ideologia que ainda faz parte do aparelho de dominação das classes dominantes do Brasil e de grandes camadas por elas influenciadas”.

Ou seja, o processo de miscigenação no Brasil compõe um projeto maior da burguesia dominante de conquista hegemônica da população negra através do sequestro e anulação da sua cultura e da desarticulação das organizações sociais negras, mantendo o racismo estrutural e o sistema colonial de segregação operantes no país (JUNIOR, 2017, p. 107), ou serviria para, como diria Clóvis Moura (2019, p. 86): “manter a sujeição de classes, segmentos e grupos dominados e discriminados”.

A pedra basilar deste projeto é o mito da democracia racial, ela é uma arma consciente da elite para minar e criminalizar a organização do povo negro e impedir que qualquer mudança estrutural nas relações raciais e econômicas no país aconteça. As expressões concretas da cultura negra brasileira seriam aceitas pela elite somente se fossem adaptadas, assimiladas, ou seja, branqueadas. Sobre esse processo, Moura (2019, p. 77-78) afirma:

[...] Absolutizando-se o processo aculturativo iremos desembocar diretamente no conceito de democracia racial [...] Uma branca dançando em uma escola de samba com um negro não seria símbolo dessa democracia tão apregoada, via canais da aculturação? Nada mais lógico dentro dessa óptica de análise da realidade. No entanto, socialmente, esses dois membros da escola de samba estão inseridos

em uma escala de valores e de realidade social bem diferentes e em espaços sociais imensamente distantes. Simbolicamente, contudo, eles são projetados como elementos que comprovam como, através da aculturação, chegamos a diluir os níveis de conflitos sociais existentes [...] a aculturação, por isso, é aceita (permitida) porque cria espaços culturais neutros para que os negros não se unam “ante a desgraça comum [...] um mecanismo usado pelas classes dominantes e os seus seguidores ideológicos para neutralizar a radicalização da população negra, de um lado, e, de outro, mostrar-nos internacionalmente como a maior democracia racial do mundo.

Nesse contexto, o racismo estrutural tem como base o processo colonial vivido pelos povos das Américas, África e Ásia, e no Brasil ele se manifesta ideologicamente a partir da criação do conceito de democracia racial, sustentado pelo aparelho ideológico de dominação brasileiro, criado no sistema escravista colonial (GORENDER, 2016) para proteger seu modo de produção da época. O Estado brasileiro produziu sua cultura do branqueamento, sua ideologia de falsa democracia racial, para reforçar e manter o racismo estrutural, criando assim uma hegemonia racista e consolidando, tanto as bases da exploração econômica do povo negro e não branco quanto as contradições raciais e sociais na nossa sociedade (MOURA, 2019, p. 52-53).

Essa lógica racista de dominação prosseguiu atuando na sociedade brasileira, sustentando e dando suporte, no momento presente, ao interesse burguês de reprodução do MPC. Oliveira (2018) disserta sobre o modo que a violência e o racismo são utilizados, em países marcados por passado de colonialismo e escravização, como forma de manutenção da ordem social vigente. Segundo o autor (2018, p. 43):

[...] Na dinâmica racial em países marcados pelo colonialismo e pela escravização como os do continente latino-americano, a violência institucional se manifesta principalmente pelo racismo, que serviu como ideologia legitimadora da exploração do trabalho escravo e da colonização e, depois, da superexploração do trabalho [...] consequentemente, a violência se articula com outras duas dinâmicas da formação dos Estados nesses países: a lógica da concentração de renda e patrimônio e a concepção restrita de cidadania.

Ou seja, por mais que seja um ato desumano e inescrupuloso, o racismo não é simplesmente uma patologia social, ou fruto de atitudes individualizadas, o racismo é um fenômeno muito mais complexo e abrangente, é portanto um “fenômeno estruturante” (CARDOSO, 2017, p. 8). Ele está no seio da sociedade brasileira, é um elemento essencial<sup>4</sup> para o funcionamento da economia capitalista nacional – dependente –, assim, como diz o professor Dennis de Oliveira, o racismo não é disfuncional, e sim funcional no Brasil (OLIVEIRA, 2016. MOURA, 2019. OLIVEIRA, 2021).

### 3. O conceito moureano de “Quilombagem”

Uma resposta apresentada historicamente pelo povo negro, não só ao aparelho ideológico escravista, mas obviamente à opressão vivida no sistema de produção colonial que os mantinha sob o regime da escravidão, foi a quilombagem. O conceito de quilombagem foi desenvolvido por Clóvis Moura (2001b) para descrever um ato político que o povo negro escravizado, fugido do cativoiro, organizado ou não, praticava como antítese e negação ao sistema escravista de produção, ou seja, conforme sintetiza Oliveira (2021, p. 164) é o “conjunto das práticas rebeldes dos escravizados”.

Dentro dessa perspectiva da rebeldia, podemos destacar um ponto central para se estudar a quilombagem, a questão da radicalidade na ação quilombola. A noção de radicalidade é peça fundamental para entender o fenômeno da quilombagem, pois é somente através da ação radical do negro contra o sistema escravista, por meio da organização – social, militar e econômica – quilombola, é que o negro negava, confrontava, desgastava e colocava em xeque o sistema de produção escravista; assim, por meio da radicalidade, podemos entender a quilombagem como uma prática emancipatória, revolucionária (FARIAS, 2016. MOURA, 2001b. OLIVEIRA, 2021).

Portanto, a quilombagem deve ser interpretada como um fenômeno social radical, revolucionário, praticado por diversos grupos específicos – porém analisados pela sua totalidade histórica – para negar e desestruturar o sistema de

---

4 Sobre a definição de racismo, Almeida (2017, p. 198) afirma: No contexto da crise, o racismo é um elemento de racionalidade, de “normalidade” e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que os conflitos tornam-se cada vez mais agudos.



produção colonial escravista, e o faz atingindo um ponto determinante de sua organização, o seu modo de produção e reprodução, o centro das suas relações de trabalho. A quilombagem praticada ao longo de todo o período escravista irá impossibilitar a reprodução do sistema de produção (MOURA, 2001b. MOURA, 2020. OLIVEIRA, 2021).

Segundo Oliveira (2021, p. 159)<sup>5</sup>:

[...] A ideologia do racismo estabelece papéis e performances adequadas a um determinado sistema produtivo. Não se trata de um voluntarismo a ruptura com essa ideologia, mas uma ação política de ruptura com o modelo produtivo que sustenta essa ordem ideológica. Não que a mudança do modelo produtivo automaticamente irá alterar o sistema ideológico, mas que é necessário entender como se articulam as duas instâncias – isso é justamente pensar o racismo dentro da categoria de totalidade.

Podemos notar, dessa forma, que a quilombagem foi uma das mais importantes práticas revolucionárias do povo negro no período colonial, e a principal responsável na resistência ao sistema escravista. A quilombagem abalou as estruturas – sociais, econômicas e ideológicas – do sistema colonial escravista brasileiro, ou seja, ela foi a força social mais importante de desgaste do sistema, que culminou no processo de abolição.

Segundo Moura (2020, p. 49, grifos nossos):

[...] Isso demonstra, de um lado, a existência de um sistema escravista de âmbito nacional, e, de outro, a participação do escravo rebelde, no sentido de querer extinguir esse sistema, **por ser o agente histórico e social no qual a contradição fundamental do escravismo se manifesta mais agudamente.** Dessa forma, não podemos deixar de ver

---

5 Para Dennis de Oliveira (2021, p. 157) aqui reside a principal diferença entre o conceito de quilombagem moureano e o conceito de quilombismo, de Abdias do Nascimento. Ou seja, enquanto na quilombagem a perspectiva da totalidade histórica é central para a superação do sistema produtivo que sustenta as contradições de raça e classe, na perspectiva do quilombismo, proposto por Abdias, o idealismo é central na análise, portanto a luta dos escravos não teria como foco a desorganização do sistema de produção escravista e suas relações de produção e dominação, mas sim apenas o resgate dos valores africanos. Dessa forma, segundo Oliveira (2021, p. 157) o quilombismo é “insuficiente, por exemplo, para dar conta do contexto atual do capitalismo global”.

o quilombo como um elemento dinâmico de desgaste das relações escravistas. Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente.

Só poderia ser dessa forma, pois o sistema não fornecia espaços para protestos pacíficos do povo negro, ele não era visto como cidadão, não podendo assim lutar pela sua liberdade no sistema judiciário ou por outras vias institucionais (OLIVEIRA, 2021, p. 160). O sistema era branco, defendia os interesses do proprietário de escravos, ou seja, o negro era visto somente como propriedade e o Estado só se voltava para ele através da violência, não existindo assim cidadania fora do espaço quilombola e a única alternativa era a radicalidade revolucionária, praticada através da quilombagem. (FARIAS, 2016. MOURA, 2019. MOURA, 2020. OLIVEIRA, 2021).

Nesse sentido, Edison Carneiro (2011, p. 45, grifos nossos) afirma:

[...] O quilombo foi, portanto, um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaremos. Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar – **uma síntese dialética**.

A República de Palmares foi a expressão mais aperfeiçoada dessa síntese dialética, devido sua alta produtividade e o seu dinamismo econômico, ou seja, maior antítese das relações de produção escravistas do sistema colonial brasileiro. Esse fato transformou Palmares no alvo mais visado pelo aparelho de repressão da colônia, portanto foi a expressão concreta da quilombagem que mais desgaste proporcionou para a metrópole e o sistema de produção colonial (CARNEIRO, 2011).

Moura (2019, p. 218-219) chama atenção para esse fato histórico determinante sobre Palmares, segundo o autor:

[...] O que determinou, segundo pensamos, a empresa de destruir Palmares foi, exatamente, o seu exemplo de uma economia alternativa, com ritmo de produtividade maior do que a Colônia, desafiando,

com isso, a outra economia (escravista) em confronto com a economia comunitária praticada na República.

Por se apresentar como a principal expressão radical de protesto contra o sistema colonial escravista no Brasil, o aparelho ideológico colonial e a cultura hegemônica nunca trataram Palmares com seu devido valor e respeito, sendo essa rica experiência vítima do academicismo racista eurocêntrico, prova disso é a atenção que os programas curriculares de história do ensino básico brasileiro dão para esse tema. Segundo Moura (2019, p. 220):

[...] Aqui, parece-nos, é que está a chave do problema: Palmares era uma negação, pelo seu exemplo econômico, político e social da estrutura escravista-colonialista [...] Daí Palmares ter sido considerada, sempre, pela crônica histórica tradicional, um valhacouto de bandidos e não uma nação em formação.

Além do sistema de produção e organização econômica a quilombagem atinge a face ideológica do sistema escravista, o que se transformaria em uma fase posterior da história nacional na já mencionada política de branqueamento do país. O quilombo se mostrou historicamente como uma experiência de resistência contra esse processo de assimilação, a própria fuga de Zumbi para Palmares teve esse como um dos principais motivos<sup>6</sup>. Segundo Oliveira (2021, p. 164) um importante aspecto de negação ao sistema colonial escravista demonstrado pela quilombagem é justamente a “recuperação da condição de humanidade”, através da recuperação e proteção da subjetividade africana, seu modo de produção e costumes culturais. Edison Carneiro (2011, p. 36) afirma ainda que “os quilombos, deste modo, foram um fenômeno contra-aculturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos”.

O quilombo negava o sistema externo na sua perspectiva econômica, étnica e social, vários grupos étnicos compartilhavam do espaço: índios, não brancos, brancos foragidos e obviamente os negros, porém não existia nenhum tipo de

---

6 Gonçalves (2020, p. 61) afirma que Zumbi, enquanto foi escravizado, viveu com um padre que impôs o aprendizado da cultura dominante e o forçava a auxiliar nas práticas sacerdotais da religião católica, diante desse processo, Zumbi: “revolta-se a essa tentativa de aculturação e foge para o quilombo”.

hierarquia racial dentro do quilombo, configurando, não só uma radicalidade no protesto contra o modo de produção escravista colonial, mas também uma “radicalidade étnica” (MOURA, 2001b, p. 111).

## 4. Considerações finais

Portanto, o quilombo era, diferente do mito criado pelo aparelho ideológico escravista e colonial, uma verdadeira experiência de democracia racial (FARIAS, 2016. MOURA, 2001b. MOURA, 2020), desse modo, a quilombagem é a expressão maior de enfrentamento à esse aparelho ideológico e à política de branqueamento, e segundo Clóvis Moura (2001a, p. 9) da mesma forma como a ideologia escravista moldou as bases do capitalismo dependente brasileiro, dando o caráter estrutural para as contradições raciais modernas, e fazendo com que o passado escravista se torne “ainda presente” na nossa realidade, a quilombagem também está presente atualmente na tática dos movimentos negros e periféricos, negando e desgastando tanto o sistema de produção capitalista quanto a sua ideologia dominante, dinamizando assim a luta de classes atual e oferecendo uma nova forma de sociabilidade, alternativa à sociabilidade capitalista baseada na discriminação, exploração e na acumulação de riquezas. Segundo Moura (2001a, p. 9) “a quilombagem ainda é um processo em curso; não é um problema do passado, mas está inserido no contexto da problemática social e de identidade étnica atual”.

Pachukanis (2017) nos lembra que a manutenção dos elementos mais rudimentares e primitivos da forma jurídica burguesa – existência eterna de juízes e tribunais, por exemplo – é uma argumentação das mais rasas, sem comprometimento com a dialética e a análise da totalidade histórica, e isso cabe também para a defesa diuturna que a burguesia brasileira e o Estado fazem – através de seus aparelhos ideológicos – do sistema de encarceramento em massa da população negra e do genocídio praticado pelo Estado brasileiro contra a juventude preta desse país. Esses projetos de encarceramento e genocídio são, inclusive, elementos de um projeto maior de dominação racial que é herança do passado colonial do qual fala Clóvis Moura, e que são justamente os principais questionamentos feitos pelos movimentos negros e periféricos brasileiros. Ainda segundo Pachukanis (2017, p. 80, grifo nosso):

[...] Se a convicção teórica até agora não levou ao extermínio do Código Penal, é porque é evidente que a superação da forma do direito está ligada não somente ao ir além da sociedade burguesa, mas, ainda, **à libertação diante de todos os seus últimos vestígios.**

Concluimos desse modo que qualquer modo de produção que se intitula capitalista, ou seja passível dessa nomeação, está permeado até a cabeça por ideologia. As pessoas – principalmente os liberais – que dizem não possuir ideologias, se vangloriando e tornando essa *atitude* como se fosse uma qualidade, estão na verdade enganando a si próprias, ou espalhando intencionalmente desinformação para os outros com o objetivo único de desmobilizar as massas. O que quero dizer é que tudo no capitalismo é ideologia, até mesmo os conceitos mais centrais da economia, como o próprio Pachukanis (2017, p. 87) afirma, parafraseando Marx:

[...] As categorias da mercadoria, do valor e do valor de troca são, sem dúvida, formulações ideológicas, formas de representação distorcidas e mistificadas, por meio das quais a sociedade de troca concebe as relações de trabalho entre os distintos produtores. O caráter ideológico dessas formas comprova o fato de que basta passar a outra estrutura econômica para que as categorias de mercadoria, valor etc. percam todo o sentido. Por isso, podemos falar com toda razão em uma ideologia da mercadoria ou, como nomeia Marx, em um “fetichismo da mercadoria”.

Ou seja, o capitalismo cria suas ideologias para falsear a materialidade do que realmente importa em seu modo de produção: a exploração de classes como mecanismo objetivo de acumulação de capital e manutenção do poder burguês. O capitalismo depende dessa ideologia para se reproduzir e continuar existindo, e o Estado tem função estratégica nessa finalidade (ALTHUSSER, 1999). Nesse sentido, o conceito de conformação (MASCARO, 2013) nos fornece a abstração precisa do papel do Estado como forma social capitalista que existe para dar continuidade histórica ao MPC, no caso brasileiro a conformação das formas estatal e jurídica tem uma finalidade adicional e específica: **perpetuar a dominação racial da burguesia branca nacional.**

A análise do aparelho ideológico escravista brasileiro ratifica nossa conclusão exposta acima. A extensão da ideologia escravista do tempo colonial para a modernidade capitalista brasileira serviu para a burguesia disfarçar o conflito que estrutura a nossa sociedade e o MPC atual, a contradição de raça e classe. Mesmo com a transição do modo de produção escravista colonial (GORENDER, 2016) para o capitalista, e a conseqüente evolução do Estado Imperial para a forma política e jurídica burguesa conformados à brasileira, o aparelho ideológico escravista se manteve presente quase que intacto, permeando os ideais da nova burguesia republicana do século XX e do exército, que antes era usado para perseguir os quilombos e a resistência negra e agora será usado para manter a ordem capitalista e a segregação racial.

Isaak Rubin (1987, p. 37-38) vai descrever como, após muito tempo de repetição das relações sociais de produção sob determinado tipo de modo de produção, os hábitos decorrentes dessas relações sociais se “cristalizam” mesmo com a transição de um modo de produção para outro. Desse modo, podemos perceber como, mesmo no Brasil onde predomina o capitalismo sob a fase neoliberal, as relações sociais lembram de modo tão nítido as relações entre senhor e escravo:

[...] somente num determinado nível de desenvolvimento, após a repetição frequente, as relações de produção entre as pessoas deixam algum tipo de sedimento sob a forma de certas características sociais que são fixadas aos produtos do trabalho [...] a coisa compreendida numa determinada relação de produção entre pessoas, e que possui uma forma social correspondente, mantém essa forma mesmo quando essa relação de produção determinada, concreta, específica, é interrompida [...] como resultado, indivíduos particulares são submetidos ao tipo dominante de relações de produção.

Para comprovarmos essa tese basta abstrairmos a relação de produção do trabalho doméstico no Brasil, onde as trabalhadoras são, na esmagadora maioria dos casos, mulheres pretas e periféricas, ou até mesmo na construção civil, na limpeza urbana, no telemarketing, reciclagem, motoristas e entregadores de aplicativo, portanto, onde o trabalho é precarizado e subvalorizado as vagas são destinadas para a população preta e as relações sociais de produção trazem os “sedimentos” (RUBIN, 1987) da escravidão e da colonização. Isso quando os negros não são subjugados, pela burguesia branca, como imprestáveis até mesmo

para esses trabalhos e são jogados no exército de reserva, e quando nem isso, são descartados<sup>7</sup>.

Ou seja, mesmo que atualmente prevaleça e aparentemente domine o MPC, no Brasil moderno os indivíduos são submetidos ao tipo dominante – material – de relações sociais de produção escravista, as relações sociais brasileiras reproduzem os hábitos escravistas cristalizados durante mais de 300 anos de modo de produção colonial e que não foram superados com a transição de modo de produção.

Tanto é assim que não são poucos os exemplos de ações do Estado que lembram a época da escravidão e que tem como objetivo exterminar a população negra, dentro da instituição do exército dois exemplos da história recente ilustram nosso ponto. O primeiro é um projeto elaborado pela Escola Superior de Guerra em 1989 e intitulado “Estrutura do Poder Nacional para o Século XXI”, defendendo a manutenção do Regime Militar e justificando com o seguinte ponto, resgatado por Oliveira (2018, p. 50):

[...] no capítulo da “ordem social” aponta que o crescimento da miserabilidade é um fator de risco para a desestabilização do sistema, razão pela qual pregam a manutenção do papel de “polícia” das Forças Armadas para o controle dos cinturões de miséria e o contingente de “menores” abandonados que tenderiam a se transformar em “criminosos”.

Basta uma rápida pesquisa no google para descobrir a cor de pele predominante dos moradores desses chamados “cinturões de miséria” para, assim, identificarmos quem é o público alvo que a Escola Superior de Guerra quer matar antes que se tornem “criminosos”. O nosso segundo exemplo, um pouco mais fresco na história, foi um documento intitulado “Projeto de Nação” onde foram estipuladas metas como o fim do SUS e da gratuidade nas universidades públicas, além de “prever” o fim da esquerda até 2035 e a manutenção do bolsorismo no poder até essa data (TEODORO, 2022). Portanto, as forças armadas são um nítido exemplo de como a forma Estado se desenvolveu no Brasil para evitar a “desestabilização do sistema” e perpetuar a ideologia da classe burguesa

---

7 Segundo Marx (2017, p. 102): “As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas”.

branca, enraizando essa ideologia também para as forças de seguranças policiais nos estados, que implementam diariamente o genocídio negro<sup>8</sup>.

Para quem analisa de maneira crítica a história do capitalismo e de suas formas sociais, não é de se espantar o fato de que, após quase 14 anos de governos de “esquerda” essa ideologia predominante no exército não se abalou, pelo contrário, até se alastrou, isso porque não importa a característica do partido ou do governante que está no poder, o Estado representa a ideologia da classe dominante e só quem altera isso é a própria burguesia. Outro exemplo desse fato, e que confirma a teoria da conformação, é a conviência do governo federal ao longo desses 14 anos com o projeto de encarceramento em massa da população negra, que só aumentou durante esse período, a burguesia quer o povo preto preso ou morto<sup>9</sup>, e a forma política e a forma jurídica, conformadas, implementam esse projeto independente das políticas afirmativas que estejam vigorando ou das secretarias especiais e ministros negros que sejam empossados, eles literalmente não terão nenhum poder em relação a isso. Como diziam Marx e Engels, “o direito [...] não tem uma história própria” (2007, p. 76, apud MASCARO, 2021)<sup>10</sup>.

É evidente portanto, conforme foi descoberto pelo brilhante Clóvis Moura (2001a, 2001b), que a quilombagem não se encerrou com o fim da escravidão, mas ela se adaptou às mudanças sociais ocorridas com a abolição e o advento do capitalismo dependente brasileiro (MOURA, 2019. OLIVEIRA, 2021), acompanhado das novas funções de opressão e perseguição dadas ao aparelho ideológico escravista.

Isso é perceptível através da análise da realidade social concreta que a escravidão criou no Brasil atual, o aparelho ideológico escravista e a política de branqueamento do final do governo imperial e primeiros anos da República foram responsáveis pela solidificação de um racismo intrínseco nas estruturas sociais,

8 Vide a polícia militar do estado de São Paulo, que nada mais é do que a continuação histórica da operação bandeirante.

9 Os números da população carcerária brasileira são alarmantes: além de ser uma das maiores do mundo, tanto na quantidade absoluta de presos quanto na quantidade proporcional (SILVA, GRANDIN, CAESAR, REIS, 2021), 61,7% desse total são pretos ou pardos, segundo levantamento do Infopen - Sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro (CALVI, 2018). Outros indicadores mostram também que os negros estão mais vulneráveis à violência urbana, a chance de um jovem negro ser vítima da violência é 2,6 vezes maior do que a de um jovem branco, de acordo com o Atlas da Violência 2021, estudo realizado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (CERQUEIRA, 2021, p. 49).

10 MARX, K. ENGELS, F. In: MASCARO, A. L. Curso livre Engels: Vida e Obra. São Paulo: Boitempo, 2021.



políticas e econômicas do país, de modo que o povo negro não pôde se dar ao luxo de abandonar suas táticas de defesa, organização, resistência e preservação de sua cultura (FARIAS, 2016. MOURA, 2019. OLIVEIRA, 2021). Sendo assim, a quilombagem contemporânea (JUNIOR, 2019) é uma tática adaptada à nova realidade, mas o seu maior inimigo é o mesmo, o Estado Branco (BERSANI, 2017, p. 100) e o racismo estrutural que sustenta o modo de produção capitalista.

Sobre a análise da realidade concreta e do processo histórico que a produz, Lefebvre (2016, p. 32, grifo nosso) usa o termo “realidade em movimento”, afirmando que é fundamental que a análise da realidade social seja feita incluindo o conjunto, o processo. Segundo o autor:

[...] a realidade a ser atingida por meio da análise e reconstruída através da exposição (sintética) é sempre uma realidade em movimento [...] ainda que a análise se inicie pela quebra desse movimento a fim de alcançar seus elementos, chegando assim, em um certo sentido, a um conjunto de abstrações [...] o método marxista afirma que é possível a reconstituição não só do todo como também do movimento [...] assim, a reconstituição do conjunto, isto é, do todo em movimento, não é incompatível com a análise, ou seja, a dissecação anatômica do todo. Ao contrário.

Usamos a passagem de Lefebvre para validar nosso estudo, a história da quilombagem não termina, mas se modifica, se adapta e se molda à realidade concreta que ela encontra no pós abolição, sendo sua primeira fase, ocorrida no escravismo, e sua segunda fase, apresentada a partir da implementação do trabalho livre capitalista – com novos padrões de acumulação de riqueza e de exploração da classe trabalhadora negra e não branca – ou seja, partes integrantes de um conjunto, de um “todo em movimento”.

O movimento histórico da contradição racial brasileira se apresenta, a partir do século XX, com elementos próprios do capitalismo dependente (MOURA, 2019. OLIVEIRA, 2021). O aparelho ideológico escravista, que até o século XIX foi utilizado para criar a imagem do negro como inimigo interno,

evitando assim que o Brasil virasse o Haiti<sup>11</sup>, é mantido e a partir do século XX, e o Estado branco (BERSANI, 2017, p. 100) usa sua ideologia racista e a estrutura de repressão estatal para combater os novos inimigos internos: o comunista, o favelado, negros e negras, os lgbts, as feministas, o marginal, o traficante, os movimentos sociais, os maconheiros, ou seja, todos os elementos escolhidos pela elite que colocam em risco a ordem social dominante, a família cristã branca e a ideologia do capitalismo dependente brasileiro (MOURA, 2019. OLIVEIRA, 2021), baseado no colonialismo e no mito da democracia racial.

Sobre a função social da quilombagem nos séculos XX e XXI, Silva, Bezerra e Barbalho (2020, p. 99) afirmam:

[...] A quilombagem então, iniciada nos tempos da escravidão ultrapassou os séculos e alcançou os nossos dias, constituindo-se de uma prática voltada à transformação social radical, consequentemente almeja alcançar a emancipação.

Portanto, da mesma forma que a população negra que enfrentava o sistema escravista por meio da quilombagem, o povo negro do tempo presente, diante da ofensiva do capital e das suas forças de opressão mais sofisticadas, só poderá proteger a si próprio e a seu patrimônio material e imaterial, organizando-se. E o povo negro se organizou, historicamente, e continua se organizando frente às novas formas de opressão do capitalismo brasileiro. Segundo Farias (2016, p. 41):

[...] a população negra no Brasil sempre se organizou em novos grupos já existentes no intuito de se preservar, manter sua cultura, tentar encontrar momentos de lazer entre os pequenos períodos de descanso da labuta, preservar padrões africanos e resistir ao regime de opressão durante a escravidão. No pós-abolição, diante da sociedade

---

11 Moura (2020, p. 95) faz uma análise sobre a síndrome do medo, isto é, o sentimento de pânico que era criado entre os senhores de escravos e fazendeiros de uma revolução negra no Brasil, aos moldes do que ocorreu no Haiti, onde a população escravizada assumiu o poder e dizimou a população branca escravocrata da ilha, e de fato o risco existia, foram diversas experiências de insurreições negras no século XIX que tiveram comprovadas inspirações no processo revolucionário haitiano. Moura (2020, p. 112) afirma: “Como vemos, houve, de um lado, o medo da classe escravista, senhorial, diante da revolução haitiana, isto é, a síndrome do medo, mas, por outro lado, não se pode mais negar a existência de uma conexão ideológica (embora imprecisa) e de contatos diretos entre os escravos rebeldes brasileiros e os militantes daquela revolução.”

competitiva e da marginalização a que a população negra foi exposta deliberadamente, coube ao negro novamente se organizar em espaços e grupos.

Essa é a realidade social concreta em que se encontra o povo negro no Brasil do século XXI, um contexto completamente desfavorável para o seu desenvolvimento, pois é um contexto de racismo estrutural e avanço do neoliberalismo, intensificando a exploração, as contradições de raça e classe e elevando a sociabilidade capitalista a um nível insuportável. Como dissemos, somente a organização política e social poderá dar margens de vitória para os povos explorados e a quilombagem é uma tática de luta ancestral que tem norteado os movimentos periféricos nessa jornada.

É evidente que somente pesquisas mais estruturadas e profundas da metodologia de atuação dos movimentos sociais negros e periféricos poderão mensurar a dimensão da tática da quilombagem nessas organizações, porém o simples fato do movimento em questão estar combatendo o sistema de produção capitalista vigente, e por consequência todo seu componente de exploração e contradição racial, e como resultado propor uma forma de sociabilidade mais humana e que negue e desgaste essa sociabilidade capitalista, já é uma condicionante importante para enquadrarmos esse movimento como praticante da quilombagem contemporânea (JUNIOR, 2019). Ou seja, como afirma o Professor Dennis de Oliveira (2021, p. 198):

[...] É a partir dessa realidade que se deve pensar as estratégias de combate ao racismo, e isso passa pelo entendimento de que os mecanismos estruturais do racismo estão diretamente ligados ao modelo de acumulação de riquezas do capitalismo dependente, garantidos pelo formato do arranjo institucional da matriz colonial de poder.



## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, S. L. Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso? In: OLIVEIRA, D. (Org.). **A luta contra o racismo no Brasil**. São Paulo: Edições Fórum, 2017. p. 187-198.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BERSANI, H. Racismo, trabalho e estruturas de poder no Brasil. In: OLIVEIRA, D. (Org.). **A luta contra o racismo no Brasil**. São Paulo: Edições Fórum, 2017. p. 86-101.
- CABRAL, A. **A arma da teoria, obras escolhidas**. In: MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2a ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 69.
- CALVI, P. Sistema carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão. **Comissão de direitos humanos e minorias da Câmara dos Deputados**. agosto de 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- CARDOSO, P. J. F. Para superar o antirracismo de resultados: um movimento negro radical e popular. In: OLIVEIRA, D. (Org.). **A luta contra o racismo no Brasil**. São Paulo: Edições Fórum, 2017. p. 7-11.
- CARNEIRO, E. **O Quilombo dos Palmares**. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci – ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIAS, M. Pensamento social e relações raciais no Brasil: a análise marxista de Clóvis Moura. **Margem esquerda**. São Paulo, n. 27, out 2016, p. 38-43.

GONÇALVES, M. H. Movimento Negro: Zumbi X Isabel No Século XXI. In: BETTINE, M. (Org.). **Mudança Social e Participação Política: os conflitos, as transformações e as utopias**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2020. p. 57-70.

GORENDER, J. **Escravidão colonial**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

JUNIOR, J. Cultura periférica, cultura de resistência. In: OLIVEIRA, D. (Org.). **A luta contra o racismo no Brasil**. São Paulo: Edições Fórum, 2017. p. 102-112.

JUNIOR, J. É tempo de se aquilombar. **Alma Preta**, abril de 2019. Quilombo. Disponível em: <https://www.almapreta.com/sessao/quilombo/e-tempo-de-se-aquilombar>. Acesso em: 9 ago 2022.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

LOSURDO, D. Primeira parte – colonialismo e neocolonialismo. In: MANOEL, J. (Org.) **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. ENGELS, F. A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). In: MASCARO, A. L. **Curso livre Engels: Vida e Obra**. São Paulo: Boitempo, 2021.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, C. Apresentação. In: MOURA, C. (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. 1ª ed. Maceió: Edufal, 2001a. p 7-10.

MOURA, C. A quilombagem como expressão de protesto radical. In: MOURA, C. (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. 1ª ed. Maceió: Edufal, 2001b. p. 103-115.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2a ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, C. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

OLIVEIRA, D. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. **Margem esquerda**. São Paulo, n. 27, out 2016, p. 31-37.

OLIVEIRA, D. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Revista Extraprensa**. São Paulo, v. 11, n. 2, 2018, p. 39-57. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/145010>. Acesso em: 20 mai 2022.

OLIVEIRA, D. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. 1ª ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SILVA, L. B. BEZERRA, A. A. BARBALHO, J. I. S. A quilombagem no século XXI: reconhecimento ou emancipação? **Caeté**. Maceió, v. 2, n. 3, 2020, p. 99-111. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistadecienciashumanascaete/article/view/11593>. Acesso em: 16 jul 2021.

SILVA, C. R. GRANDIN, F. CAESAR, G. REIS, T. Com 322 encarcerados a cada 100 mil habitantes, Brasil se mantém na 26ª posição em ranking dos países que mais prendem no mundo. **Portal g1**. maio de 2021. Monitor da Violência. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/com-322-encarcerados-a-cada-100-mil-habitantes-brasil-se-mantem-na-26a-posicao-em-ranking-dos-paises-que-mais-prendem-no-mundo.ghtml>. Acesso em: 4 jul 2022.

TEODORO, P. Projeto de Militares quer bolsonarismo até 2035 e fim da gratuidade no SUS em 3 anos. **Revista Fórum**, maio de 2022. Seção Política. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/5/23/projeto-de-militares-quer-bolsonarismo-ate-2035-fim-da-gratuidade-no-sus-em-anos-117748.html>. Acesso em: 3 jul 2022.

VAISMAN, E. Althusser: ideologia e aparelhos de estado – velhas e novas questões. **Projeto História**. São Paulo, n. 33, 2006, p. 247-269. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2294>. Acesso em: 20 jul 2022.

VASCONCELOS, K. E. L. SILVA, M. C. SCHMALLER, V. P. V. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. **Katálysis**. Florianópolis, v. 16, n. 1, 2013, p. 82-90. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/GMXXSyyYSWPVQ4xkgwcvTdL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul 2022.

